Plano de Paisagem das Terras de Coura

Relatório



1ª FASE – DEDINIÇÃO DO PLANO DE PAISAGEM

Elaborado por:





CEAA/ESAP

Financiado por:







Apresentação

O presente relatório, elaborado no âmbito da 1ª fase do Plano de Paisagem das Terras de Coura, constitui um documento de definição da metodologia de elaboração e programação do plano.

Índice

1 - Antecedentes	8
2 - Objectivos	14
3 - Enquadramento em políticas regionais	16
4 - Metodologia	17
5 - Estrutura do Plano de Paisagem	18
6 - Participação Pública	21
Equipa técnica	22
Anexos	23
Anexo 1 – Protocolo de Parceria com as Entidades	24
Anexo 2 – Comunicação apresentada no Southwest LandScape Fórum	28
Anexo 3 – Reunião com Juntas de Freguesia	37

1 - Antecedentes

A elaboração do Plano de Paisagem das Terras de Coura, recentemente iniciada, decorre da candidatura efetuada ao Património Natural - Norte 2020 e está alicerçada em diversas atividades e ações realizadas anteriomente, a partir do desenvolvimento das quais, foi possível obter os conhecimentos necessários para a sua concretização.

Por outro lado, para a elaboração da metodologia proposta, e uma vez que a figura de Plano de Paisagem não existe ainda em Portugal, houve necessidade de investigar as experiências concretas de outros países europeus, tais como a França, a Itália e, mais recentemente, a Espanha; analisando, ainda, no caso desta última, as várias estratégias seguidas, por cada uma das suas diferentes regiões autonómicas, destacando-se a Galiza e a Catalunha.

De acordo com a metodologia preconizada foi, desde logo, considerada importante, a participação da equipa em Congressos ou Seminários Internacionais, visando, quer a divulgação da realização do Plano, quer o seu enriquecimento, através ta tomada de conhecimento das experiências em curso em outros países. Do mesmo modo, foi determinado que seria importante que o Município e a equipa técnica estreitassem laços, por forma a estabelecer redes de informação com outros parceiros. Elencam-se, abaixo, as ações já levadas a cabo, nesse sentido.

Protocolo do Município com diversas entidades, Paredes de Coura, Assinatura em 8 out de 2015

O Executivo Municipal de Paredes de Coura, consciente da importância e da necessidade de apoiar e desenvolver projetos, que visem o planeamento e a gestão da paisagem do concelho de Paredes de Coura, aceitou o desafio proposto pela equipa e, em outubro de 2015, promoveu, com ela, a assinatura de um protocolo de parceria de colaboração, desenvolvimento e promoção de um projeto de investigação, destinado a elaborar a metodologia do Projeto-piloto de um "Plano de Paisagem da Unidade Campos do Coura – Terras de Coura".

A parceria integra entidades públicas e privadas, a saber: A empresa Leiras do Carvalhal, Ld.a, sediada em Paredes de Coura, a ONG Valminho Florestal -Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, a Unidade de Investigação 4041 da FCT - Centro de Estudos Arnaldo Araújo/ESAP (CEAA/ESAP) e o já citado Município de Paredes de Coura.

O protocolo assinado¹ estabelece, entre outros, que a coordenação é realizada pela Arquiteta Isabel Maria Matias, representante da Leiras do Carvalhal, Ld.ª, sendo o projeto acompanhado por uma comissão, constituída por dois elementos cada um deles a designar pelos parceiros.

Os objetivos gerais a atingir com a elaboração do Plano de Paisagem, centram-se na valorização do património natural e cultural, para além de contribuir para incrementar, junto da população local, o interesse social na paisagem.



Foto 1 - Assinatura do protocolo

¹https://www.paredesdecoura.pt/

Ações de Participação e Divulgação do Plano:

SOUTHWEST LANDSCAPE FORUM, Repensar a Implementação da Convenção Europeia da Paisagem, Auditório de Serralves, Porto 11-13 out

O Southwest Landscape Forum 2, uma iniciativa da cooperativa EVOLVING LANDSCAPE - cujo objetivo é contribuir para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP), através do desenvolvimento de projetos de ação local que visam aumentar a perceção que os cidadãos têm da sua paisagem; e da CIVILSCAPE – a Associação Internacional que reúne as ONG da sociedade civil dedicadas à proteção, gestão e planeamento da paisagem, segundo a CEP (Florença 200). O Fórum contou, ainda, com a colaboração da CCDR N.

















² http://www.evolvinglandscape.org/news.html

Para além da participação da Secretária Executiva da Convenção Europeia da Paisagem, do Vice-presidente da CCDR-N e do Presidente da CIVILSCAPE, intervieram no Fórum, quinze organizações não-governamentais, portuguesas e espanholas, refletindo e partilhando experiências e saberes, no âmbito da gestão e qualificação da paisagem, das boas práticas em metodologias de trabalho, das políticas públicas da paisagem e da mobilização da sociedade.

Neste contexto, a equipa foi convidada a participar, partilhando a sua experiência, no que concerne à metodologia de trabalho do Plano de Paisagem, em curso nas Terras de Coura. A Arquiteta Isabel Maria Matias, enquanto representante do CEAA/ESAP e da Valminho Florestal, apresentou a comunicação intitulada Terras de Coura Landscape Plan. Recent development an on-going Pilot-Project.

Reunião com Juntas de Freguesia, Casa do Conhecimento, Paredes de Coura, 3 de março de 2016

Nesta sessão, que contou com a presença dos membros eleitos das freguesias, dos membros do Executivo Municipal, dos Técnicos dos Serviços Municipais e dos elementos integrantes da equipa técnica, foi feita uma primeira abordagem à elaboração do Plano de Paisagem de Paredes de Coura, tanto ao nível dos objectivos, quanto ao nível dos métodos prosseguidos e da imprescindível participação pública. A apresentação, dirigida pelo Engº Luís Alberto Brandão, na qualidade de Presidente da Valminho Florestal, focou-se no esclarecimento dos conceitos e dos objectivos a desenvolver pelo Plano de Paisagem.

Segunda Reunião Temática do Projeto CO-ACTE³, Arcos de Valdevez, 22 e 23 junho de 2016

³ Este projeto que integra uma parceria com a CIM Alto Minho decorreu de uma candidatura da Associação Together (Rede dos Territórios de Corresponsabilidade) cofinanciada pelo programa Europa para os Cidadãos da UE.

A equipa do Plano de Paisagem foi convidada, pela Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, a participar na Segunda Reunião Temática do Projeto CO-ACTE, "Coorganizar os territórios para o bem-estar de todos hoje e no futuro", realizada nos dias 22 e 23 de Junho de 2016, nos Arcos de Valdevez.

A reunião, que decorreu na Casa das Artes, contou com cerca de 35 participantes de diversos países, tais como França, Itália, Inglaterra, Bélgica, Cabo Verde, Marrocos, e Portugal, teve como principais objetivos: (1) elaboração de um modelo de referência de coorganização do território; (2) identificação de medidas políticas, necessárias à emergência de um modelo participado pelos cidadãos; (3) definição de um modo de financiamento das redes. A equipa fez-se representar pela Arquiteta Isabel Maria Matias⁴, a qual centrou a sua intervenção, na metodologia de participação pública, desenvolvida no âmbito do Plano de Paisagem das Terras de Coura.



Foto 6 - Segunda Reunião Temática do Projeto CO-ACTE

I International Conference on Research for Sustainable Development in Mountain Regions – 2016 Mountains, Instituto Politécnico de Bragança, 3-7 de outubro de 2016

A conferência, promovida pelo Centro de Investigação de Montanha (CIMO)/Instituto Politécnico de Bragança, contou com a presença de investigadores, decisores, ONG's e outras entidades e organismos de diversas regiões do mundo. A

⁴ https://wikispiral.org

Conferência centrou-se na temática do desenvolvimento sustentável das regiões de montanha, tendo sido discutidos, ainda, outros aspetos relativos ao papel do conhecimento e da inovação, na promoção do desenvolvimento nestas áreas específicas. A autarquia de Paredes de Coura fez-se representar pelo Vereador Tiago Cunha, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal.

A equipa elaborou um abstract, tendo em vista a selecção do tema, a integrar nas apresentações da Session 4: Governance, heritage and identity, a pretensão foi aceite, dando lugar à apresentação, pela Arquiteta Isabel Maria Matias, da comunicação intitulada, Terras de Coura Landscape Plan.



Foto 7 – Conferência "Research for Sustainable Development in Mountain Regions"

Elaboração de abstrat para o "I Colóquio Ibérico de Paisagem - estudo e a construção da Paisagem como problema metodológico", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 16-17 de março de 2017.

Tendo em vista a divulgação do Plano de Paisagem das Terras de Coura e o estabelecimento de contactos com participantes, guiados por estratégias diversas, a equipa elaborou um abstract, aceite pela organização, da comunicação intitulada: "O papel do Plano de Paisagem na (re)construção da Paisagem. Contributo metodológico do planeamento numa intervenção integrada nas Terras de Coura", pelo que iria a equipa fazer posteriormente a apresentação do projecto nesse colóquio.

2 - Objectivos

O Plano de Paisagem das Terras de Coura visa dar cumprimento à aplicação nacional da "Convenção Europeia da Paisagem" (CEP)⁵, ratificada por Portugal em 2005⁶. Esta convenção define o tratamento da paisagem global, como um ponto de partida política e juridicamente consistente e desafia os Estados Europeus a desenvolver políticas paisagísticas. Enquadra-se, ainda, na "Política Nacional de Arquitetura e Paisagem"7, promovendo o seu valor social, cultural, económico, ambiental e ecológico, e o respectivo impacte no bem-estar e na qualidade de vida das populações.

A elaboração do Plano de Paisagem das Terras de Coura tem também como objectivo, assumir-se enquanto Projeto-piloto, através do desenvolvimento de uma metodologia que sirva, não apenas para a sua elaboração mas que possa ser replicada, futuramente, na feitura de planos análogos, em outros Municípios, uma vez que não existem, ainda, em Portugal, metodologias de abordagem da paisagem à escala local, em instrumento autónomo. Por essa razão, para a elaboração do presente Plano, apoiámo-nos nas metodologias utilizadas em outros países europeus, nomeadamente em França, Espanha e Itália onde, desde há vários anos se vêm desenvolvendo instrumentos congéneres.

O Plano compreende ainda, nos seus objectivos, a promoção de um desenvolvimento capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população local e de todos aqueles que visitem o território. Ao nível do desenvolvimento local, acresce, como objectivo do plano, a articulação entre os atores públicos, empresariais e associativos e os cidadãos, reforçando a participação pública e os valores identitários da população local.

 $^{^5}$ Assinada em Florença em Outubro de 2000, entrou em vigor em Março de 2004. 6 Através do Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro.

⁷ Publicada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2015, de 7 de julho.

Relativamente aos objectivos específicos, são de referir: a necessidade de proteção da paisagem, tendo em vista a manutenção do seu carácter, das suas qualidades e dos seus valores identitários e a definição de medidas orientadoras para a gestão da mesma, visando, quer o seu ordenamento, quer a sua recuperação e valorização.

De facto, uma das metas da concretização do projeto é a elaboração de ações, que visam, por um lado, valorizar o património natural e cultural e, por outro, proteger e ordenar a paisagem, com vista a preservar o seu carácter e identidade. Prevê-se, ainda, a definição de medidas orientadoras para a gestão da paisagem, que reforcem a componente da paisagem cultural, nas aldeias e lugares incluídos na Rede Natura 2000 e na Paisagem Protegida do Corno de Bico.

Pretende-se, desde logo, elaborar um documento onde se identificam, não apenas os valores presentes no território mas, também, as principais dissonâncias e impactes a corrigir, dotando-se, deste modo, a autarquia, de um valioso instrumento para servir como base de trabalho, na sistematização das ações necessárias à concretização dos desideratos do Plano de Paisagem.

Por outro lado, considerando que o turismo assume um papel de destaque na sustentabilidade dos territórios de baixa densidade, facilmente se compreende que o Plano de Paisagem das Terras de Coura será um valioso instrumento ao serviço da preservação, valorização e promoção dos recursos endógenos. De facto, ao prever a introdução de correções aos níveis paisagístico, dos valores históricos e culturais e, ainda, dos espaços naturais e rurais, o Plano potencia o desenvolvimento económico e social, constituindo, assim, uma visão integrada do território, promotora da atividade turística, promovendo a multifuncionalidade da paisagem.

3 - Enquadramento em políticas regionais

No que se refere às políticas regionais, mormente às que dizem respeito ao enquadramento das políticas de ordenamento do território e da paisagem, verifica-se que a paisagem e a sua valorização estão integradas na Estratégia & Plano Global de Ação "Alto Minho 2020", referente ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), ao nível da Linha de Ação - "Elaboração da Estratégia da Paisagem do Alto Minho, enquadrada pelo Projeto 4.1 - Valorização, gestão ativa e preservação da rede de biodiversidade do Alto Minho, correspondente ao Programa de Ação 4 - Alto Minho Sustentável.

O mesmo se pode dizer da estratégia de "Desenvolvimento Local de Base Comunitária" (DLBC), desenvolvida pelo Gabinete de Ação Local do Alto Minho (GAL) onde, naturalmente, se enquadra o Plano de Paisagem, uma vez que contribui para a concretização dos objetivos globais definidos no Eixo 2 - Gestão Sustentável do Capital do Território. De facto, este eixo prevê, como linhas de ação, a "Preservação e Valorização dos Elementos Patrimoniais Locais" e a "Restauração dos Recursos Naturais e da Paisagem Local".

Justifica-se, assim, o interesse municipal em dotar a autarquia de um plano municipal, que trate a paisagem do território de Paredes de Coura de uma forma global, abarcando quer o património natural, quer o património cultural, nas suas diversas vertentes, incluindo, deste modo, a valorização da identidade e da cultura próprias do Alto Minho e promovendo o desenvolvimento das suas potencialidades.

4 - Metodologia

O plano estabelece uma metodologia de abordagem do tratamento da Paisagem, à escala local (municipal), visando, simultaneamente, e para além da elaboração de um Programa de Ações, o envolvimento das autarquias locais e a participação da população. Na verdade, o Plano pretende, não só cadastrar o estado das paisagens e estabelecer as medidas e os projetos de intervenção, destinados à realização de ações, de normas e de obras mas, também, envolver a população e delineando orientações para, avaliar, no futuro, a evolução da paisagem.

O processo de elaboração dos Planos de Paisagem, de acordo com as metodologias internacionais conhecidas e experimentadas, desenvolve-se e apoiase na participação pública e na intervenção direta da comunidade, tendo em vista, tanto a recolha do maior número possível de aspectos concretos das paisagens locais, quanto a realização de ações de sensibilização pedagógica direta com as populações envolvidas, garantindo, assim, uma melhor implementação dos projetos e ações a desenvolver no futuro.

Nestes termos, no que respeita à elaboração do Plano de Paisagem das Terras de Coura, a metodologia de trabalho definiu quatro fases principais, a saber:

	FASEAMENTO
1ª Fase	Definição do Plano de Paisagem
2ª Fase	Definição das Subunidades de Paisagem
3ª Fase	Diagnóstico da Paisagem
4ª Fase	Elaboração do Programa de Gestão e Determinação dos Objectivos de Qualidade Paisagistica

Em cada uma das quatro fases descritas, para além da entrega de um relatório temático, elaborado de acordo com o objecto de análise de cada fase, serão realizadas, tanto sessões destinadas à participação pública, quanto reuniões com entidades e organizações representativas da especificidade concelhia.

5 - Estrutura do Plano de Paisagem

No que concerne à estrutura do plano, e de acordo com o faseamento proposto, prevê-se que o mesmo se desenvolva do seguinte modo:

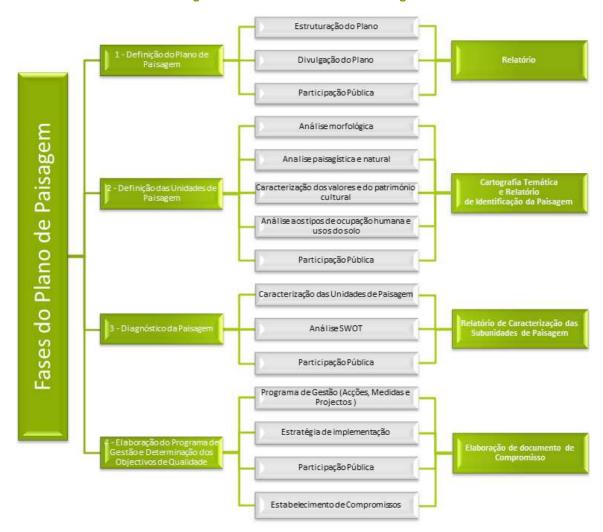


Figura 1 - Estrutura do Plano de Paisagem

Sendo que, cada uma das fases acima identificadas é constituída por estudos, análises e trabalhos de campo, de serão referidos de seguida.

1ª FASE DEFINIÇÃO DO PLANO DE PAISAGEM

A 1ª fase consiste na definição dos objetivos gerais e específicos, anteriormente explanados e no desenvolvimento das metodologias a aplicar e definição da estrutura do Plano de Paisagem.

2ª FASE DEFINIÇÃO DAS SUBUNIDADES DE PAISAGEM

A 2ª fase consiste na caracterização e análise do território municipal ao nível morfológico, paisagístico e natural, valores e património cultural, tipos de ocupação humana do território e usos atuais, visando o conhecimento aprofundado do município. Este conhecimento permitirá a identificação e classificação do território em Subunidades de Paisagem, destinadas à intervenção local. Este processo inclui a identificação dos traços distintivos de cada uma das Subunidades.

3ª FASE DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM

A 3ª fase consiste nos levantamentos que identificam: locais, imóveis, caminhos, campos, áreas florestais, rios, percursos, vestígios arqueológicos, entre outros, e, também, no reconhecimento das dissonâncias existentes e na análise SWOT, de cada uma das Subunidades de Paisagem.

Nesta fase realizam-se os estudos de caracterização global de cada Subunidade, nas suas componentes: humanizada, de paisagem cultural e de paisagem natural. De acordo com o campo de aplicação da CEP deverão, nesta fase, ser analisadas, quer as paisagens notáveis, quer as paisagens do quotidiano e as paisagens degradadas, numa abordagem transversal ao território, visando a sua proteção, gestão, ordenamento e valorização.

4ª FASE PROGRAMA DE GESTÃO

4ª Fase

Esta fase consiste na concretização da estratégia de intervenção, através da elaboração de um Programa de Gestão, no qual são formuladas as medidas, ações e/ou projetos concretos de intervenção, dirigidos à recuperação e valorização da paisagem; às açoes de sensibilização da população e à elaboração de normas de intervenção em áreas identificadas como prioritárias. Estas últimas definirão o Programa de Ações destinado à concretização de medidas corretivas e/ou orientadoras, para a intervenção na paisagem.

Relativamente ao conteúdo documental, o Plano de Paisagem, nas suas diversas fases, é constituído pelos seguintes documentos:

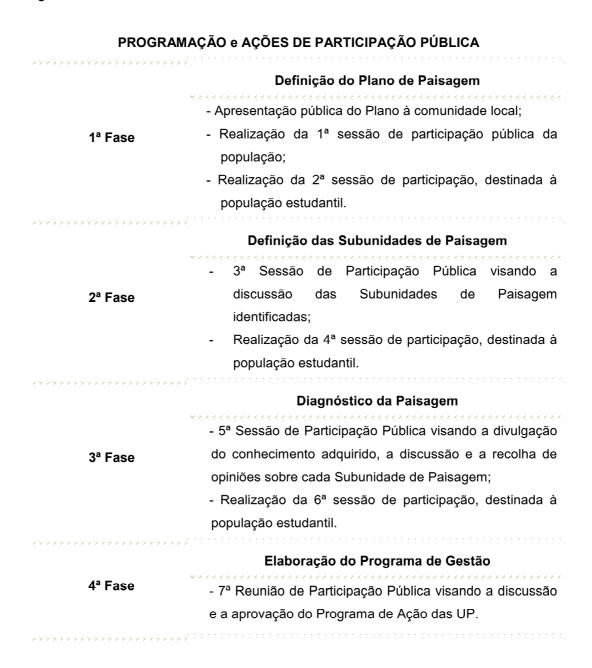
CONTEÚDO DOCUMENTAL Definição do Plano de Paisagem 1^a Fase Definição das Subunidades de Paisagem 2ª Fase Relatório de Identificação da Paisagem; Cartografia temática. Diagnóstico da Paisagem Relatório de Caracterização das Subunidades de 3ª Fase Paisagem; Cartografia temática.

Programa de Gestão; Programa de Ações.

Programa de Gestão

6 - Participação Pública

As ações de participação pública previstas incluem sessões públicas, destinadas a diferentes públicos-alvo. Sugere-se a realização de sessões abrangentes para a população, visando a sensibilização da população para as questões da identidade, do carácter local e da diferenciação das paisagens. As ações previstas são as seguintes:



Equipa técnica

A equipa técnica é constituída por técnicos que integram as diversas entidades envolvidas, a saber:

<u>Leiras do Carvalhal, Lda</u>			
Coordenação Professora Doutora em Morfologia Urbana	/ Isabel Maria Matias		
Geógrafo Planeamento Regional e Urbano	Pascal de Moura Pereira Susana Peixoto		
Arquitecta Paisagista Mestre em Planeamento Regional e Urbano	Carla Gonçalves		
Arqueólogo	José Ribeiro		
Arquiteto	Adriano Manuel Borges		
<u>Valminho Florestal</u>			
Presidente da Direcção Mestre em Desenvolvimento Local	Luís Alberto Brandão		
Eng ^a Florestal	Elisabete Araújo		
<u>Centro de Estudos Arnaldo Araújo</u>			
Investigadora Responsável	Maria Helena Maia		
Investigadora Colaboradora	Maria da Luz Azevedo		
<u>Câmara Municipal de Paredes de Coura</u>			
Chefe de Divisão Urbanismo e Ambiente/Arquiteta	Eduarda Fontelo Martins		

Anexos

- Anexo 1 Protocolo de Parceria com as Entidades
- Anexo 2 Comunicação apresentada no Southwest LandScape Fórum
- Anexo 3 Reunião com Juntas de Freguesia

Anexo 1 – Protocolo de Parceria com as Entidades



Entre:

Primeiro Outorgante: Leiras do Carvalhal, Lda, pessoa colectiva no 509 387 241, registada na Conservatória do Registo Comercial de Paredes de Coura, com sede no Caminho do Crasto, nº 289, freguesia de Rubiães, em Paredes de Coura, representada neste ato pela Senhora Prof. Doutora Isabel Maria da Cruz Batista Matias na qualidade de sócia gerente da empresa e com poderes para o acto como Primeiro Contraente;

Segundo Outorgante: Valminho Florestal, Organização Não Governamental, pessoa colectiva nº 503 820 571 com sede na Av. Miguel Dantas, nº 69, em Valença, representada neste ato pelo Senhor Engº Luís Alberto Brandão Coelho, na qualidade de Presidente da Direção da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho e com poderes para o acto como Segundo Contraente;

Terceiro Outorgante: Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto, entidade titular do Centro de Estudos Arnaldo Araújo (unidade de investigação 4041 da FCT), entidade pública sem fins lucrativos, com sede social na Rua do Infante D. Henrique, 131, 4050-298 Porto, titular do cartão de pessoa colectiva nº 501350195, adiante designada por CESAP/CEAA, neste acto representada pelos Manuel Fernando da Costa e Silva, Presidente da CESAP, Joaquim António de Moura Flores, Vice-Presidente da CESAP e Maria Helena Teixeira Maia, Directora do CEAA e com poderes para o acto como Terceiro Contraente;



Quarto Outorgante: Município de Paredes de Coura, pessoa colectiva nº 506 632 938, com sede no Largo Visconde de Mozelos, em Paredes de Coura, representada neste ato pelo Senhor Dr. Vítor Paulo Gomes Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura e com poderes para o acto como Quarto Contraente.

É celebrado o presente protocolo de cooperação e parceria, que se subordinará às cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

O presente protocolo tem por objectivo estabelecer uma parceria entre as quatro entidades, onde assumem o compromisso de colaborarem, desenvolverem e promoverem o projeto de investigação destinado à elaboração da metodologia do Projeto-piloto de "Plano de Paisagem da Unidade Campos do Coura - Terras de Coura".

Cláusula Segunda

O Primeiro, Segundo e Terceiro Outorgantes, através das respectivas direções e gerência irão promover no período de um ano o projeto de investigação referido.

Cláusula Terceira

- 1. O desenvolvimento do projeto será participado pelos intervenientes acima referidos, sendo a coordenação efectuada pela Profa Doutora Isabel Maria da Cruz Baptista Matias, representante da empresa Leiras do Carvalhal, Lda;
- 2. O projeto será acompanhado por uma comissão de acompanhamento, constituída por 2 (dois) elementos designados por cada um dos outorgantes;



- 3. A Valminho Florestal será representada pelo seu Presidente Engº Luís Alberto Brandão Coelho, o Centro de Estudos Arnaldo Araújo será representado pela sua diretora Profa Doutora Maria Helena Maia e a Câmara Municipal de Paredes de Coura pelo seu Presidente Dr. Vítor Paulo Gomes Pereira;
- 4. O âmbito da participação de cada interveniente será definido em documento anexo ao presente protocolo.

Cláusula Quarta

Os objectivos a atingir com a elaboração do "Plano de Paisagem" centram-se na valorização do património natural e cultural, para além de contribuir para incrementar, junto da população local, o interesse social na paisagem visando fundamentalmente:

- Proteger a paisagem com vista a preservar o seu carácter, qualidades e valores;
- Definir medidas orientadoras para a gestão da paisagem;
- Ordenar a paisagem com vista à sua valorização, recuperação ou à construção de novas paisagens;
- Reforçar a componente da paisagem cultural nas aldeias e lugares incluídos em Rede Natura e na Área Protegida;
- Promover a participação pública no decurso da sua implementação.

Cláusula Quinta

1. O presente Protocolo terá a duração de 1 ano, e considerar-se-á automaticamente renovado por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer das partes que o outorguem.











- 2. Durante o prazo de vigência poderão ser produzidas alterações ao Protocolo por acordo entre as partes outorgantes, as quais, após formalização, constituirão aditamento ao Protocolo.
- 3. Qualquer das partes poderá denunciar o presente Protocolo, o que deverá ser feito com a antecedência mínima de 60 (sessenta dias) sobre a data da sua cessação. Do texto da denúncia devem constar as respectivas razões.
- 4. O Protocolo entrará em vigor a partir da data da assinatura.

O presente protocolo é assinado em quadruplicado ficando em exemplar na posse de cada um dos intervenientes.

Paredes de Coura, 08 de Outubro de 2015

O 1º Outorgante;

O 4º Outorgante;

Anexo 2 - Comunicação apresentada no Southwest **LandScape Fórum**



Plano de Paisagem das Terras de Coura. Desenvolvimentos recentes de um Projeto-Piloto em curso¹

Peço, desde já, desculpa pelo meu pouco apurado dom para os idiomas, no qual se inclui, naturalmente, o inglês e permitam-me ainda que faça uma pequena introdução.

Decorridos mais de 20 anos sobre o momento em que no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) tive a oportunidade de entrar em contacto com o então emergente conceito de Paisagem, é com enorme satisfação que participo neste seminário Internacional para convosco partilhar a experiência. Efetivamente foi, no LNEC, a partir do conhecimento da experiência francesa e da sua Lei da Paisagem de 1993, a que se foi juntando, em tempos de lazer, a descoberta das paisagens e territórios a ela associados, que se foi formando a vontade de trabalhar este conceito e, deste modo, progredir na nossa forma de pensar e abordar o objecto principal de intervenção e trabalho que é o território, visando o seu "ordenamento" enquanto paisagem global².

Estávamos então no início dos anos 90 e era completamente extemporâneo falar nestes conceitos. De recordar que em Portugal a apenas surge a obrigatoriedade de planear e ordenar o território municipal, a partir da década de 90, estando nessa altura ainda em elaboração aquela que ficou conhecida como a 1ª geração de Planos Diretores Municipais.

De facto, quer a nível técnico quer político, estávamos ainda nos primórdios do Ordenamento do Território, não existindo nem investigação nem profissionais a abordar outros temas e áreas diretamente relacionadas com o planeamento territorial como é o caso da Paisagem. No que nos diz respeito, já em 2005, realizámos uma 1ª proposta de intervenção na Paisagem em Coura, não tendo ainda nessa altura sido acolhida como relevante. O tema era ainda extemporâneo....

¹ Esta primeira experiência encontra-se a ser desenvolvida por uma equipa liderada por Isabel Maria Matias, em que participam Luís Alberto Brandão Coelho, Maria Helena Maia, Maria da Luz Azevedo, Pascal de Moura Pereira e Paula Pires Mendes.. Com um agradecimento especial à amiga Maria João Câmara Lourenço que traduziu a apresentação e o texto apresentado em ingles no Fórum. ² Conceito (amplamente) definido e desenvolvido pelo Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

Justificada a motivação é agora tempo (hora) de apresentar, por um lado o enquadramento atual da intervenção na Paisagem em Portugal em 2015 e, por outro lado, os desenvolvimentos do Projeto-Piloto em curso para as terras de Coura.

Atualmente, o quadro normativo e legislativo é felizmente bastante diferente, as questões ambientais deixaram de incidir no "hardware" para incidir sobretudo ao nível da melhoria da qualidade de vida, a prática do ordenamento do território e do urbanismo está interiorizada pelas autarquias; a questão da Paisagem foi sendo interiorizada pela administração, pelo menos a nível governamental, tendo atualmente um nível de importância idêntica ao do Ordenamento do Território.

Depois da enorme quantidade de intervenções, fomentada pelos últimos quadros comunitários), como são exemplo as infraestruturas rodoviárias, as barragens e as consequentes linhas eléctricas e da experiência e do desenvolvimento de vários programas e ações em que se incluem a participação ativa dos cidadãos, tais como as Agendas 21, os Planos de Acessibilidade e/ou Mobilidade Sustentável, parece ser, agora tempo reabilitar as paisagens perdidas....

Em Portugal, o enquadramento e normativo nacional para a intervenção na Paisagem, contempla vários documentos, nomeadamente:

- Convenção Europeia da Paisagem (CEP), 2000;
- Publicação do estudo "Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", DGOTDU, 2004³;
- Ratificação, por Portugal, da CEP, 2005;
- Criação do Grupo de Trabalho para a Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem (PNAP), em 2009;⁴
- Publicação do manual "A Paisagem na revisão dos PDM. Orientações para a implementação da CEP no âmbito municipal", DGOTDU, 2011;
- Criação da Comissão Redatora da PNAP, através de Despacho Ministerial, 2013;5

³ A referida publicação teve origem num estudo encomendado pela DGOTDU à Universidade de Évora e constitui uma base fundamental para a implementação da CEP e operacionalização dos seus princípios. Através de Despacho Ministerial e tendo como missão propor o conceito e os princípios gerais da PNAP.

Publicação da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP), através da RCM 45/2015, de 7 de julho.

Justificada a motivação para o desenvolvimento do presente projeto é tempo agora de demonstrar a oportunidade para a sua realização.

No que ao presente plano se refere, reunidas as condições e a motivação, iniciámos o processo que conjuga os esforços de organizações com características diversas: uma ONG implantada localmente, a Valminho Florestal - Associação de Produtores florestais do Vale do Minho; uma unidade de investigação, o Centro de Estudos Arnaldo Araújo da Escola Superior Artística do Porto, e uma empresa da área ambiental, a Leiras do Carvalhal, Lda, sediada em Paredes de Coura que juntamente com a Câmara de Paredes de Coura estão a contribuir para o arranque inicial do projeto.

O território de intervenção estava naturalmente selecionado, uma vez que, desde o início nos interessámos pelo território de Coura. Para esta escolha não foi alheio o apoio que sentimos por parte do Executivo Municipal, sempre empenhado em apostar, por um lado em projeto novos e com interesse para a população local e, por outro em apoiar as organizações locais na promoção do território e dos valores locais.

De salientar que a Valminho Florestal, Organização Não Governamental (ONG) integrada/inserida no Vale do Minho, aderiu em Março de 2013 à CivilScape, sendo a primeira ONG a representar Portugal nesta organização internacional. Consideramos que a Paisagem constitui um factor de diferença, identidade e qualidade que deverá ser incorporado no desenvolvimento integrado do Minho-Lima, para a qual a Valminho Florestal pretende contribuir, tendo por esse motivo, promovido este projeto.

O nosso objectivo no médio prazo é desenvolver uma estratégia regional da paisagem do Vale do Minho e Lima, na qual participem quer os agentes locais, quer a população local, realizando-se, nesta fase, como experiência metodológica, o presente projetopiloto focado numa Unidade de Paisagem específica.

Versão Final - outubro 2016

⁵ Devendo apresentar ao Governo o projeto de documento da PNAP.

Constituindo a Paisagem um recurso assente em valores naturais e culturais que exprime as relações da população com o próprio território que constitui um factor decisivo para a localização de determinadas atividades, de que se destacam as turísticas e recreativas. Por esse motivo, a sua qualidade é valorizada também como um recurso económico localmente significativo, constituindo a sua manutenção e valorização uma fonte significativa de emprego, concorrendo desse modo para um desenvolvimento local integrado.

A singularidade da Paisagem de Coura e a necessidade de manutenção da sua Identidade, assim como da Memória colectiva da comunidade local encerram, deste modo, outro dos aspectos que contribuem para a nossa motivação na aplicação da Convenção Europeia da Paisagem e na necessidade de desenvolver este plano.

Nesse sentido e partindo destes pressupostos, o desenvolvimento do Plano de Paisagem das Terras de Coura, foi formalizado através da assinatura de um Protocolo entre as quatro (4) entidades envolvidas.

O território de Paredes de Coura, localiza-se na Região do Norte de Portugal, na Bacia Hidrográfica do Rio Minho, numa zona/território/área conhecida como Alto Minho que corresponde à sub-região Minho-Lima.

Inserido entre os vales do rio Minho e do rio Lima, corresponde às encostas médias e altas, aos cabeços e cristas, que sobem dos 100 m a um pouco mais de 800 m. Tratam-se de relevos expressivos, rasgados por algumas linhas de água (com destaque para o rio Coura).

O território de Paredes de Coura, dadas as suas características geomorfológicas, de ocupação agrícola e florestal, ocorrências naturais de flora e fauna e ainda da rede hidrográfica, é dotado de valores ecológicos e naturais significativos. Destaque para o rio Coura com baixos níveis de poluição e com uma riqueza de espécies de flora e fauna associadas. Efetivamente, a existência de uma diversidade biológica e qualidade paisagística levou à classificação de parte do seu território como Sítio da Rede Natura 2000 - Corno de Bico; essas características transformam este local num reduto do bosque cadúcifólio em Portugal, onde predominam os carvalhais. Do ponto

de vista da ocupação humana, os vestígios e o património edificado existente, atestam a sua antiguidade. A presença de monumentos megalíticos, o povoamento castrejo, as vias romanas, os caminhos e as pontes medievais, assim como o património religioso, tais como igrejas, capelas, solares, entre outros são o reflexo disso mesmo.

De facto, o património natural e o cultural andam neste território de mãos dadas e constituem um potencial turístico em franca expansão, como é o caso da Paisagem Protegida do Corno de Bico e do Caminho de Santiago.

O concelho de Paredes de Coura, em termos de identificação e classificação da Paisagem, efectuada no âmbito do estudo "Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental", coordenado pelo Prof. Alexandre Cancela D'Abreu, da Universidade de Évora e publicado pela DGOTDU, em 2004, insere-se na Unidade de Paisagem 2 - Entre Minho e Lima que integra o Grupo de Unidades de Paisagem A – Entre Douro e Minho.

O território de Paredes de Coura, nomeadamente da Unidade de Paisagem 2 (Entre Minho e Lima) e das Subunidades identificadas no território municipal, com carácter dominantemente rural, é constituído por diversos recursos naturais (solo, geológicos, Hídricos, fauna e flora, agrícolas e florestais, transformados pelo homem em ecossistemas vivos), e culturais (arqueológicos, arquitectónicos, etnográficos) que lhe conferem paisagens únicas no contexto do Alto Minho.

Efetivamente, as suas paisagens naturais e culturais e humanas, detêm uma identidade e carácter próprios que urge preservar e mostrar. Pelos valores naturais em presença, parte deste território encontra-se classificado, desde 1999, como " Paisagem Protegida de Corno de Bico".

Por este motivo, é nosso objectivo através do presente Plano de Paisagem, valorizar o território natural e construído, e de acordo com as suas características potenciar um desenvolvimento que contribua para manter o equilíbrio entre o os valores e a identidade existente e, ao mesmo tempo contribuir para aumentar a qualidade de vida da população local e a qualidade do nosso território.

Analisados todos os aspectos referidos, consideramos que a paisagem constituindo um factor de diferença entre territórios, de identidade e carácter que deve ser incorporado no desenvolvimento integrado do Alto Minho. O presente projeto visa dar cumprimento aos objectivos expressos na Convenção Europeia da Paisagem. Foi a partir desta filosofia que Portugal aprovou recentemente a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, reconhecendo, deste modo, o seu valor social, cultural, económico, ambiental e ecológico, e o seu impacte no bem-estar e na qualidade de vida das populações e enquadrando, deste modo, as ações locais.

O projeto, para além de promover a elaboração da metodologia do "projeto-piloto do Plano de Paisagem das Terras de Coura", visa simultaneamente, o envolvimento das autarquias locais e a participação ativa da população.

De facto, o processo de elaboração do Plano de Paisagem, a sua metodologia, de acordo com as diversas metodologias conhecidas, tais como as aplicadas em França, Espanha e Itália, compreendem a participação pública e na intervenção direta da comunidade, tendo em vista, não só a transmissão de conhecimentos sobre aspectos locais, mas também a realização de ações de sensibilização pedagógica direta com as populações envolvidas por forma a garantir uma melhor compreensão e implementação dos projetos e ações a desenvolver no futuro.

O processo culminará com o desenvolvimento/elaboração de um Programa de Ações/Projetos destinado a concretização de medidas corretivas e/ou orientadoras de intervenção paisagem (natural, cultural, urbana). identificamos/definimos já, a partir da Unidade 2 - Entre Minho e Lima, a Subunidade territorial a sujeitar ao Plano de Paisagem e encontramo-nos a efetuar a sua caracterização e reconhecimento local. No que se refere aos aspectos do envolvimento local e da participação da Comunidade, estamos a realizar a apresentação do Projeto às Juntas de Freguesias envolvidas e fizemos já a apresentação pública de lançamento/apresentação do Plano de Paisagem; e estamos a preparar a primeira reunião de participação da população, para se realizar a breve trecho

TERRAS DE COURA

Para a identificação das Subunidades foram realizados diversos estudos de caracterização biofísica, património cultural e de ocupação humana do território, assim como o seu cruzamento cartográfico e o respectivo trabalho de campo.

No território de Paredes de Coura foram, por nós, identificadas 9 Subunidades de Paisagem, onde coexistem também algumas áreas consideradas de transição, que a seguir se nomeiam:

A Subunidade 1 - corresponde à várzea do Rio Coura e da Ribeira da Codeceira, onde se localizam as áreas agrícolas com melhor potencial agrícola, alternando com algumas bouças e alguns aglomerados populacionais, ocupando áreas inferiores a 300 m de altitude.

A Subunidade 2 - Granitos de Porreiras - corresponde a uma área de altitude, caracterizada por uma extensa área de afloramentos rochosos, oferendo excelentes linhas panorâmicas para grande parte do concelho.

A subunidade 3 – Planalto/Montes da Boalhosa e de Lamas – Área planáltica correspondendo às cabeceiras orientais do Rio Coura, entre os 500 e os 800 metros de altitude, onde para além das áreas incultas e de áreas florestais, subsistem áreas agrícolas de montanha.

A subunidade 4 - Encostas do Bico - compreende na sua parte nascente, o sitio da Rede Natura 2000 "Corno do Bico", atingindo os 875m de altitude, sendo uma área com elevado valor ecológico e paisagístico.

Na Subunidade 5 que se desenvolve entre cotas com 300 m e 500 m, situa-se a vila de Paredes de Coura, com a sua mancha urbana e com algumas pequenas cumeeiras com um domínio sobre a paisagem urbana. Ocupa uma posição geográfica central no contexto municipal.

A Subunidade 6 corresponde aos "Lameiros do Coura" e caracteriza-se por um mosaico agro-florestal, bosques de folhosas, e campos agrícolas, prados e pastagens,

distribuídos pelo relevo ondulado, elementos que lhe conferem uma heterogeneidade e singularidade paisagística. Esta subunidade localiza-se entre as cotas 300 e 600 m de altitude.

A Subunidade 7 corresponde as encostas NE das Serras do Lousado e do Formigoso, constituída por pequenos relevos consecutivos de natureza xistenta orientados na direção NO/SE com início em cotas perto dos 200 m subindo até ao 500m, caracterizadas pelas suas zonas florestadas, matos e afloramentos rochosos.

Os denominados Montes de Infesta, Agualonga e Cunha, correspondem à Subunidade 8, que varia entre as cotas próximas dos 200 m junto ao Rio Coura e os quase 600 metros em algumas cumeeiras, sendo caracterizada pela ondulação do terreno em função das linhas de festo com orientação transversal ao rio coura, com pequenos aglomerados dominantemente concentrados, predominando os campos agrícolas e áreas florestais.

A subunidade 9 corresponde aos Vales setentrionais tributários do Rio Coura, variando também entre os 200 me e os 600m, com características de vale aberto e extensos, dominantemente agrícola, e florestal nas cotas mais elevadas, com ocupação populacional considerável assente num povoamento tendencialmente disperso.

Anexo 3 – Reunião com Juntas de Freguesia



Parceiros no Projeto

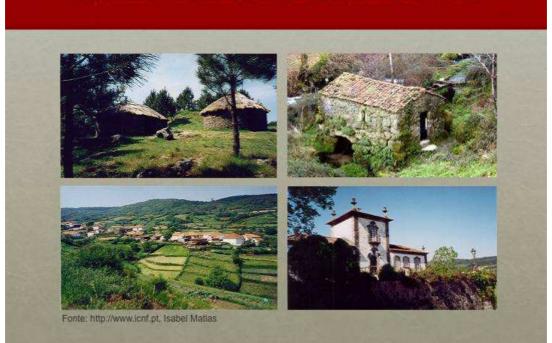
A EQUIPA:

- · Câmara Municipal de Paredes de Coura;
- · Valminho Florestal, aderiu à CivilScape em 2013;
- · Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA), Unidade de I&D FCT 4041, grupo de investigação em Arquitectura, Território e Paisagem;
- · Leiras do Carvalhal, Lda, sediada em Paredes de Coura, vocacionada para a intervenção na área Ambiental e da Paisagem.

Aspectos da paisagem de Paredes de Coura

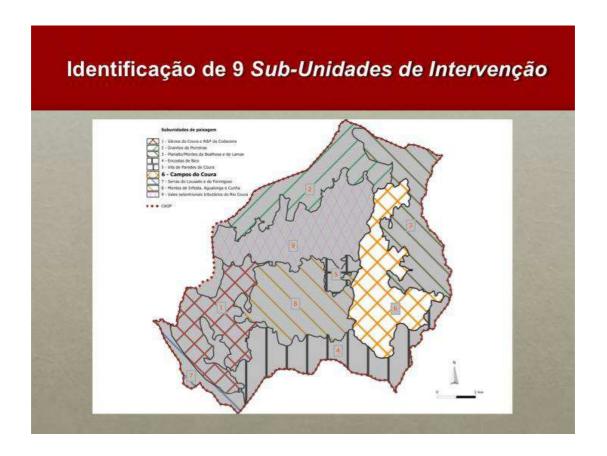


Aspectos da paisagem de Paredes de Coura



Plano de Paisagem – A sua elaboração

- · Cumprimento dos objectivos da Convenção Europeia da Paisagem;
- · Adequação à filosofia da Política Nacional de Arquitectura e Paisagem;
- · Envolvimento das Autarquias locais e a participação activa da população;
- · Desenvolvimento/elaboração de um Programa de Acções/Projectos destinado à concretização de medidas correctivas e/ou orientadoras de intervenção na paisagem (natural, cultural, urbana).



Identificação das 9 Sub-Unidades de Paisagem

- Subunidade 1- Várzea do Rio Coura e da Riba da Codesseira:
- SubUnidade 2 Granitos de Porreiras;
- SubUnidade 3 Planalto/Montes da Boalhosa e de Lamas;
- SubUnidade 4 Encostas do Bico:
- SubUnidade 5 Vila de Paredes de Coura;
- SubUnidade 6 Campos do Coura;
- SubUnidade 7 Serras do Lousado e do Formigoso;
- SubUnidade 8 Montes de Infesta, Agualonga e Cunha;
- SubUnidade 9 Vales Setentrionais tributários do rio Coura.

O TERRITÓRIO da Sub-Unidade de Paisagem 6 · Diversidade biológica e qualidade paisagística; · Antiguidade da ocupação humana e o seu reflexo na paisagem global

A concretização do Plano de Paisagem

- ✓ Através da elaboração de um conjunto de medidas e projectos correctivos de situações que estragam a paisagem:
 - Nas Aldeiass, nas estradas e nos campos;
- ✓ Através de projectos de Valorização da Paisagem:
 - Rural, urbano e patrimonial;
- ✓ Através da Gestão dos valores em presença, com introdução de regulamentação em intervenções futuras;
 - No Ordenamento da Paisagem natural, patrimonial e urbana.

Plano de Paisagem das Terras de Coura Muito Obrigada